

ATA N.º 276

----- Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, no salão do edifício da Junta de Freguesia, em Dornelas, reuniu a Assembleia Municipal, extraordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas dezoito horas e cinco minutos. Apresentou os meus cumprimentos aos senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo aos presidentes de Junta, em especial à senhora Presidente da Junta da União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas, Elga Silva, pela disponibilidade e pela prontidão com que cedeu as instalações do salão da Junta de Freguesia, em Dornelas, por sinal muito agradável e muito airoso para o efeito, e com que disponibilizou os meios para a realização daquela sessão. Os nossos agradecimentos por isso. Cumprimentou, também, o senhor Presidente da Câmara, as senhoras e os senhores vereadores. De seguida, solicitou à segunda secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- Almiro Silva Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
- Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro-----

--- Foi, ainda, registada a presença do seguinte membro que chegou mais tarde:-----

- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

Antes de comunicar as faltas e substituições, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse querer transmitir algumas notas prévias e começou por esclarecer a razão da alteração do horário da sessão que, normalmente, se inicia às 17:00. Explicou ter entendido convocar a mesma para as 18:00 horas, porque poderia haver um dia de muito calor como

aqueles que tinham sentido há pouco tempo, e uma hora poderia fazer diferença para se sentirem melhor a trabalhar e, ainda, pelo facto de a sessão se realizar a uma quarta-feira em vez de à sexta-feira, como é habitual, pelo que o avanço na hora permitiria uma maior flexibilidade em termos de horário de trabalho para os membros da Assembleia. Esclareceu, ainda, que a sessão extraordinária tinha sido convocada a pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento de uma deliberação do executivo Camarário, e nos termos dos pontos acordados na reunião do executivo. Prosseguiu, dizendo que, na conferência de líderes, a Mesa tinha apresentado uma questão que lhe parecia oportuna e pertinente, embora, em termos de regimento, poderia não ser o mais adequado, que tem a ver com o falecimento recente de um ex-autarca, que foi vereador durante vários mandatos, naquele órgão executivo, que é o senhor António Martins Pereira. Referiu que, embora os votos de pesar eram apreciados e votados em reuniões ordinárias, no período de antes da ordem do dia, tinham entendido, na conferência de líderes, que não haveria impedimento nem qualquer constrangimento e, dada a oportunidade, porque era algo muito recente, de apresentar um voto de pesar na sessão extraordinária, aditando um ponto à Ordem de Trabalhos. De seguida, deu conta dos elementos que pediram substituição, sendo eles Beatriz Manuel Lourenço Soares, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes; Cláudia Isabel Lopes Cruz, que foi substituída por Alexandre Miguel Coutinho Tavares e, ainda, Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Vanessa Alexandra Rodrigues Loureiro. Comunicadas as faltas e substituições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o aditamento à Ordem de Trabalhos de forma a incluir o ponto “Apresentação e Votação de Voto de Pesar pelo Falecimento do Ex-autarca António Martins Pereira”. Colocado à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, fazer o aditamento, passando o voto de pesar a ser o primeiro ponto da Ordem do Dia.

### **Ordem de Trabalhos**

#### **1 Ordem do Dia**

- 1.1 Apresentação e Votação de Voto de Pesar pelo Falecimento do Ex-autarca António Martins Pereira
- 1.2 2ª Alteração à 1ª Revisão do PDM de Sever do Vouga
- 1.3 Empréstimo ao Investimento de 1,75M Euros
- 1.4 Adesão à ANAM

#### **1 – Período da Ordem do Dia**

**1.1 Apresentação e Votação de Voto de Pesar pelo Falecimento do Ex-autarca António Martins Pereira:** - O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, o voto de pesar pelo falecimento de António Martins Pereira, por todo o seu trabalho, não só como autarca, mas também como um verdadeiro mecenas das coletividades, pelo menos da sua terra, Pessegueiro do Vouga, nomeadamente a JAP – Juventude Académica Pessegueirense, de quem foi presidente da direção durante largos anos, e também como executante e apoiante, durante dezenas de anos, da BUMP – Banda União Musical Pessegueirense.

**1.2 2ª Alteração à 1ª Revisão do PDM de Sever do Vouga:** - Foi apresentado, ao órgão deliberativo, o Relatório de Ponderação da Discussão Pública do PDM de Sever do Vouga, que serviu de base à elaboração do projeto da 2ª Alteração à 1ª Revisão do PDM de Sever do Vouga, nos termos da Informação n.º 10301/AVP/22:

1. A 2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Sever do Vouga foi sujeita a discussão pública por um período de trinta dias úteis, que decorreu entre dois de maio e treze de junho;
2. Submete-se a deliberação do órgão executivo camarário o Relatório de Ponderação da Discussão Pública elaborado pela Divisão de Administração do Território;
3. Informa-se que foram recebidas **43** participações, no âmbito do período de Discussão Pública, a última das quais, remetida fora de prazo, pelo que se consideraram **42** participações, que na realidade correspondem a **61**, uma vez que a participação 33, da Junta de Freguesia de Talhadas, engloba 18 petições;

4. As participações encontram-se diferenciadas de acordo com o determinado no formulário de participação em Participação/ Exposição/ Reclamação/ Sugestão. Estas participações, devidamente numeradas, integram o quadro 2 - Matriz de Análise e o Anexo I do documento anexo;-----
5. Na ponderação das participações procurou-se salvaguardar um tratamento equitativo, sustentado numa fundamentação objetiva e clara, de forma a não diferenciar ou discriminar nenhum dos particulares e demais interessados ou detentores dos diversos interesses objeto de ponderação;-----
6. Justificou-se, neste pressuposto, a definição de critérios de decisão objetivos e ancorados na metodologia adotada na classificação e qualificação do solo e na estratégia de desenvolvimento definida;-----
7. Neste enquadramento, e para os efeitos de ponderação devidos, houve lugar à definição de critérios que sustentam o processo de tomada de decisão, sendo consideradas as condições expostas no seguinte quadro;-----
8. Efetuada a análise individual às participações, tendo por base o enquadramento nos princípios e objetivos da estratégia de desenvolvimento proposta, e tendo por base os critérios de ponderação e decisão verificou-se o seguinte:-----  
 31,8% das participações foram acolhidas favoravelmente (Favorável);-----  
 23,4% das participações foram acolhidas parcialmente (Parcialmente Favorável);-----  
 38,2% não foram acolhidas (Desfavorável);-----  
 1,6% sem enquadramento no plano;-----  
 5,0% das participações já se encontravam previstas na proposta do plano.-----

Decisão	Enquadramento / Critério
Favorável	Participações que sugerem a inclusão de normativas que sustentam a operacionalização do Plano e a integração de parcelas em perímetro urbano que foram integralmente acolhidas
Parcialmente favorável	Participações que sugerem a inclusão de algumas sugestões de natureza diversa, bem como as pretensões de integração de parcelas em solo urbano que não foram acolhidas na sua totalidade.
Desfavorável	Participações que sugerem a interdição de atividades cuja tutela não é da competência da Câmara Municipal, nomeadamente, a alteração de disposições regulamentares já validadas pela tutela, a exclusão de solos de regimes de proteção legal e a integração de parcelas em perímetros urbanos que não cumprem os critérios de classificação ou que não se coadunam com os objetivos do plano ou ainda por se encontrarem abrangidas pelo PEARE.
Previsto no Plano	Participações que solicitam esclarecimentos e/ou sugerem a introdução de alterações; que se encontram já previstas nos elementos do Plano.
Sem enquadramento	Participações cujo objeto de análise extravasa o âmbito do Plano.

Foi, ainda, apresentada a Versão Final da 2ª Alteração à 1ª Revisão do PDM de Sever do Vouga contendo a documentação elaborada pela Divisão de Administração do Território, de acordo com as instruções emanadas pelo atual executivo e que se traduz, em resumo, nos seguintes aspetos:-----

1. A Câmara Municipal de Sever do Vouga solicitou, ao abrigo do disposto ao artigo 82.º do RJIGT, pareceres sobre a proposta preliminar do processo da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDM;-----
2. A dezanove de março do corrente ano civil, por videoconferência, realizou-se reunião com a CCDRC-, no âmbito de acompanhamento para análise, discussão e ponderação, da consulta promovida em sede da presente alteração;-----
3. Emitiram pareceres, favoráveis condicionados, as seguintes entidades:-----
  - 3.1 Agência Portuguesa do Ambiente (APA);-----
  - 3.2 Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANPC);-----
  - 3.2 Direção Regional da Agricultura do Centro (DRAPC);-----
  - 3.4 Direção Geral do Território (DGT);-----
4. Da análise dos pareceres emitidos resultou o seguinte:-----
  - 4.1 Um conjunto de manchas que mereceram parecer desfavorável das entidades e, em particular, da CCDR-C, nomeadamente, que integram áreas afetadas à RAN e/ou à REN, para os quais o município não dispõe de mais informação que possibilite o enquadramento nos critérios de classificação do solo como urbano expressos no artigo 7.0 do DR n.º 15/2015 de 19 de agosto;-----
  - 4.2 Um conjunto de áreas que apesar de merecem um posicionamento desfavorável da CCDR-C será possível acrescentar nova fundamentação ou reformular a definição das mesmas;-----
  - 4.3 E, um acréscimo de novas áreas que resultaram da redefinição das existentes, bem como, novas áreas solicitadas em sede de participação/auscultação pública e que, na opinião do município, enquadram-se nos critérios de classificação do solo como urbano.-----
5. O município de Sever do Vouga procurou ainda enquadrar neste processo de alteração o disposto ao artigo 199.º do RJIGT, nomeadamente, da inclusão no PDM da classificação e qualificação previstas naquele regime (solo urbano e solo rural), para o que a CM possui cinco anos para o efeito, postergados, este ano, até 31-12-2023;-----
6. Face ao exposto, e, ponderada a alteração em curso pelo atual executivo, que colocou ênfase nas áreas de atividade económica, reformulou-se a fundamentação a concertar com as entidades envolvidas no procedimento da 2.ª alteração à 1.ª Revisão do PDM;---
7. A Proposta da alteração não careceu da fase de Concertação Final;-----
8. Assim, o órgão executivo camarário deliberou proceder a um período de discussão pública, por trinta dias úteis;-----
9. Chegou-se assim à **versão final** do Plano que cumpre ao órgão executivo camarário aprovar e remeter à Assembleia Municipal;-----
10. O Plano é composto pelos seguintes elementos:-----

Desenhados:-----

  - Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo;-----
  - Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal;-----
  - Planta de Ordenamento - Zonamento Acústico e Áreas de Risco ao Uso do Solo;-----
  - Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas;-----
  - Planta de Condicionantes - Reserva Agrícola Nacional Planta de Condicionantes - Rede Natura;-----
  - Planta de Condicionantes - Outras.-----

Escritos:-----

  - Relatório de Fundamentação;-----
  - Programa de Execução e Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica Financeira;-----
  - Regulamento - Proposta de Alteração;-----
  - Avaliação Ambiental Estratégica - Relatório Ambiental;-----

- Avaliação Ambiental Estratégica - Resumo Não Técnico;-----
- Relatório dos Compromissos Urbanísticos Ficha de Dados Estatísticos.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções e concedeu a palavra a Patrícia Santos.-----

**Patrícia Santos** – Muito boa tarde. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores presidentes de Junta, comunicação social, público presente e online. Boa tarde a todos. Este é um assunto sério para o desenvolvimento do nosso concelho, que teve finalmente por parte deste executivo o devido tratamento numa sessão de apresentação da revisão do PDM aberta à população no passado dia 13 de maio. Um município inclusivo não pode viver da afixação de editais e esperar simplesmente que as pessoas se interessem por os ler. Deve sim potenciar a interação e esclarecimento da população sobre os assuntos que mexem com a sua vivência. É nessa interação entre executivo e população, que se reconhecem as verdadeiras dificuldades e que permitem à população perceber e discutir estas alterações que temos agora em cima da Mesa para votar. A clareza e transparência como o PDM de Sever está a ser ajustado merece todo o nosso respeito e agrado. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se o Presidente da Câmara Municipal queria intervir, pedindo desculpa por não lhe ter concedido a palavra antes.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhora e senhores presidentes de Junta, público aqui presente, público que nos assiste em casa. Duas breves notas sobre a segunda alteração da primeira revisão do PDM. Primeiro, relativamente ao relatório de ponderação da discussão pública do PDM de Sever do Vouga. A segunda alteração da primeira revisão do PDM de Sever do Vouga foi sujeita à discussão pública por um período de trinta dias úteis, que decorreu entre 2 de maio e 13 de junho. Informa-se que foram recebidas quarenta e três participações, no âmbito do período da discussão pública, a última das quais remetia fora de prazo pelo que se consideraram quarenta e duas participações que, na realidade, correspondem a sessenta e uma, uma vez que a participação 33, da freguesia de Talhadas, engloba dezoito petições. As participações encontram-se diferenciadas de acordo com o determinado no formulário de participação em participação, exposição, reclamação e sugestão. Estas participações, devidamente numeradas, integram o quadro 2. Na ponderação das participações procurou-se salvaguardar um tratamento equitativo, sustentado numa fundamentação objetiva e clara, de forma a não diferenciar ou discriminar nenhum dos particulares e demais interessados ou detentores dos diversos interesses objeto de ponderação. Justificou-se, neste pressuposto, a definição de critérios de decisão objetivos e ancorados na metodologia adotada na classificação e qualificação do solo e na estratégia de desenvolvimento definida. Neste enquadramento, e para os efeitos de ponderação devidos, houve lugar à definição de critérios que sustentam o processo de tomada de decisão, sendo consideradas as condições expostas no quadro seguinte: 31,88% das participações foram acolhidas favoravelmente, portanto, tiveram parecer favorável, 23,4% das participações foram acolhidas parcialmente, parecer parcialmente favorável, 38,2% não foram acolhidas, tiveram parecer desfavorável, 1,6% não tiveram enquadramento no plano e 5% das participações já se encontravam previstas na proposta do plano. Relativamente à versão final da segunda alteração da primeira revisão do PDM de Sever do Vouga, a Câmara Municipal de Sever do Vouga solicitou, ao abrigo do disposto no artigo 82º do RJICT parecer sobre a proposta preliminar do processo da segunda alteração da primeira revisão do PDM. A 19 de março do corrente ano civil, por videoconferência, realizou-se reunião com a CCDR-C no âmbito do acompanhamento para a análise, discussão e ponderação da consulta promovida em sede da presente alteração. Emitiram pareceres favoráveis condicionados as seguintes entidades: Agência Portuguesa do Ambiente, Autoridade

Nacional de Emergência e Proteção Civil, Direção Regional de Agricultura do Centro, Direção Geral do Território. Da análise dos pareceres emitidos, resultou o seguinte: um conjunto de manchas que mereceram parecer desfavorável das entidades e, em particular, da CCDR-C, nomeadamente que integram áreas afetadas à RAN e/ou à REN, para os quais o Município não dispõe de mais informação que possibilite o enquadramento dos critérios de classificação do solo como urbano, expressos no artigo 7º do Diário da República n.º 15/2015, de 19 de agosto. Um conjunto de áreas que, apesar de merecerem um posicionamento desfavorável da CCDR-C, será possível acrescentar nova fundamentação ou reformular a definição das mesmas. E um acréscimo de novas áreas que resultaram da redefinição das existentes, bem como novas áreas solicitadas em sede de participação, auscultação pública e que, na opinião do Município, enquadram-se nos critérios de classificação do solo como urbano. O Município de Sever do Vouga procurou, ainda, enquadrar neste processo de alteração o disposto no artigo 199º do RJICT, nomeadamente da inclusão no PDM da classificação e qualificação previstas naquele regime, solo urbano e solo rural, para o que a Câmara Municipal possui cinco anos para o efeito postergados este ano até 31 de dezembro de 2023. Face ao exposto, e ponderada a alteração em curso pelo atual executivo, que colocou ênfase nas áreas de atividade económica, nas zonas industriais, e não só, que formulou-se a fundamentação a concertar com as entidades envolvidas no procedimento da segunda alteração da primeira revisão do PDM. A proposta de alteração não careceu da fase de concertação final. Assim, o órgão executivo camarário deliberou proceder a um período de discussão pública por trinta dias úteis, como já referi. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou a Patrícia Santos se pretendia alterar alguma coisa da sua intervenção na sequência da exposição do Presidente da Câmara Municipal. Uma vez que Patrícia Santos disse não querer acrescentar nada, foi dada a palavra a António Monteiro.-----

**António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, em especial à senhora Presidente da Junta de Silva Escura e Dornelas que hoje nos recebe aqui. Tecer algumas considerações sobre este documento que, face à sua componente, muitas vezes, técnica, acaba por passar ao lado daquilo que são, muitas vezes, preocupações das pessoas e que não pode ser desvalorizado. Esta segunda geração de planos diretores municipais são, não apenas, instrumentos de gestão territorial, mas também, documentos estratégicos. E, o Plano Diretor Municipal, na nossa opinião, tanto quanto possível, ao definir aquilo que deve ser estratégia para Sever do Vouga, deve, tanto quanto possível, ser o mais consensual possível entre as diferentes forças políticas. E, no que diz respeito à orientação estratégica que o Município de Sever do Vouga apresenta neste Plano Diretor Municipal, nós não poderíamos estar mais de acordo e não queremos deixar de o sublinhar aqui. Primeiro objetivo de desenvolver o turismo, o ecoturismo, o turismo ligado aos desportos radicais. Segundo objetivo, as zonas industriais e o desenvolvimento das atividades industriais no município e o terceiro que, de alguma forma, também se liga ao primeiro porque o turismo de natureza assenta naquilo que é a qualidade de vida no património, na natureza que existe no concelho de Sever do Vouga. Esse terceiro objetivo é, também, um terceiro objetivo, para nós, muito importante. Portanto, do ponto de vista estratégico, o CDS apoia, categoricamente, estes três grandes objetivos para o desenvolvimento para o concelho de Sever do Vouga e estamos de acordo que devem ser esses objetivos aqueles que presidem à revisão do Plano Diretor Municipal. Sabemos que, naquilo que são as questões mais complexas do ponto de vista técnico, aquelas que têm a ver com opções urbanísticas, com a própria cartografia, os planos diretores municipais não existem isolados. Estão subordinados à lei e, desde logo, isso significa estarem subordinados à reserva ecológica nacional, à reserva agrícola nacional. No caso de Sever do Vouga é necessariamente ao plano de ordenamento da barragem e isso, evidentemente, não permite acomodar tudo aquilo que são as ambições e os interesses

particulares que, no âmbito de cada plano, procuram, no fundo, desenvolver-se. Achamos que a solução que nos é aqui apresentada procurou equilibrar e, face àquilo que nós vimos do relatório da consulta pública, procurou equilibrar essas preocupações, esses interesses particulares naquilo que são as limitações que a lei e que os planos de ordenamento superiores acabam por condicionar aquilo que é a autonomia do município na elaboração do Plano Diretor Municipal. Entendemos que, face à análise que fizemos, que a ponderação procurou ser a melhor possível. Evidentemente que aquilo que nós desejamos é que aquilo que são os objetivos de desenvolvimento do concelho, sejam concretizados e que aquilo que são as preocupações do ponto de vista territorial, de regular do ponto de vista urbanístico que melhorem a qualidade de vida do concelho e esse é o nosso desejo que esperamos que este Plano Diretor Municipal sirva aquilo que são os interesses de desenvolvimento de Sever do Vouga. Muito obrigado.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.--

**António Dias** – Obrigado. Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia, senhores presidentes de Junta e público aqui presente. Eu venho aqui, em nome da freguesia de Talhadas, porque achei por bem indicar algumas possíveis alterações ao PDM e quero aqui agradecer a forma como foi tratado pelo executivo, pelo senhor Presidente da Câmara, que ajudou, pelo senhor Dr. Hélder, que está ali ao fundo, obrigado, e pela forma como permitiram, no fundo, entre aspas, indicar algumas áreas que eu julgo pertinentes para o desenvolvimento da freguesia de Talhadas e em termos urbanos que possam, no fundo, no futuro, potenciar a construção. Obrigado a todos, obrigado senhor Presidente.-----

Terminadas as intervenções dos membros que se tinham inscrito, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Do nosso ponto de vista, um município como o de Sever do Vouga que perdeu, nos últimos dez anos, cerca de mais de dez por cento da sua população, só consegue evoluir novamente e mudar este paradigma através da fixação de empresas e da fixação de pessoas. Aquilo que fizemos, no âmbito da segunda alteração da primeira revisão do PDM que, como sabem, iniciou-se em 2018 e que estava há bastante tempo parado, foi ter um cuidado especial com as zonas industriais e também fizemos os possíveis para que o solo urbano não diminuísse porque as exigências hoje são muitas e houve diversas tentativas para diminuir a capacidade construtiva no nosso concelho. Quero alertar, contudo, que este é o primeiro passo no processo, ou seja, as zonas industriais não se constroem de um dia para o outro. Após a saída, em Diário da República, da aprovação da segunda alteração da primeira revisão do PDM, naturalmente que temos um longo processo pelo caminho. Estamos, neste momento, a desenvolver os projetos das zonas industriais que só serão possíveis desenvolver mediante a apresentação de candidaturas, uma vez que o município não tem milhões de euros para fazer as obras necessárias para essas zonas industriais, até porque, como sabem, seja a zona industrial dos Padrões, seja a zona industrial da Decide, seja a zona industrial de Talhadas, seja a zona industrial de Cedrim, como conhecem, a orografia obriga enormes obras de movimentação de terras. Mas, aquilo que eu posso dizer é que estamos empenhados em desenvolver estes projetos para que, o mais rapidamente possível, e isso não será dentro de um mês nem, se calhar, dentro de um ano, mas que haja, o mais rapidamente possível, capacidade para receber novas empresas no nosso concelho. Em segundo lugar, no que diz respeito à fixação de empresas, passamos para a fixação de pessoas e para a fixação de pessoas, uma das coisas que temos feito, como é do vosso conhecimento, é a criação das áreas de reabilitação urbana que entendemos serem fundamentais para o desenvolvimento das construções dentro das próprias freguesias. Portanto, estes são dois passos importantes. É o começo de um longo caminho que, certamente, se afigurará nos próximos anos, mas estamos empenhados em criar condições para que consigamos inverter esta descida quase exponencial que tivemos da população. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por unanimidade, com base no disposto ao artigo 90º n.º 1 do RJGT, a Versão Final da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDM de Sever do Vouga e respetivo Relatório de Ponderação da Discussão Pública.-----

**1.3 Empréstimo ao Investimento de 1,75M Euros:** - Foi presente um pedido de autorização, da Câmara Municipal, para a contração de um empréstimo ao investimento no valor de € 1 750 000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil euros), com o objetivo de realizar os seguintes projetos:-----

- Estrada de Dornelas a Silva Escura (empreitada e aquisição de terrenos) 1,15M;-----
- Rua de São Mateus (empreitada e aquisição de terrenos) 0,2M;-----
- Requalificação Frente Ribeirinha de Pessegueiro (empreitada e aquisição de terrenos) 0,1M;-----
- Estrada da Arrôta (empreitada e aquisição de terrenos) 0,2M;-----
- Requalificação das Piscinas Municipais 0,1M.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Muito obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores presidentes de Junta, público aqui presente e público que assiste a esta Assembleia Municipal em casa. Estejam todos cientes que não foi de ânimo leve que decidimos pedir a vossa autorização para a contratação de um empréstimo pelo Município. Com efeito, temos plena consciência das limitações e dos constrangimentos que tal financiamento irá causar para a nossa gestão, bem como para as gerações futuras. Porém, temos de ser responsáveis e falar verdade, pois como todos tivemos a oportunidade de ler no relatório do Auditor e Revisor Oficial de Contas, o anterior executivo, contrariamente ao que havia anunciado, não teve o cuidado de acautelar o orçamento para as obras que deixara iniciadas, nem tinha garantido orçamento para a aquisição dos terrenos necessários para a realização das mesmas empreitadas. Este empréstimo visa corrigir esses erros do passado, pois só assim, se consegue terminar as obras, já iniciadas, mas não corretamente previstas e orçamentadas. Estamos a trabalhar com os serviços no sentido de que este tipo de situações não se repitam e que o planeamento seja executado e respeitado. Poderia ser mais fácil optar por não terminar as obras, mas aí estaríamos a falhar perante a nossa população, que não tem qualquer culpa das falhas do anterior executivo. E o bem-estar das pessoas e dos severenses nunca pode ficar para segundo plano. Eu quero deixar muito claro para todos, eu tenho falado desde o início que a dívida da Câmara Municipal, quando nós tomamos posse, era de cerca de € 1 500 000,00 entre dívidas a empréstimos e dívidas a fornecedores e dívidas ao Estado e pagamentos às freguesias e por aí fora e essa era a dívida que constava dos papéis. A dívida real, detetada até agora, era de € 3 250 000,00. E, de uma vez por todas, para que percebam, as obras de que falamos estavam suborçamentadas e não tinham cabimento suficiente para serem terminadas. De uma vez por todas, os terrenos deviam ter cabimento para serem pagos e não tinham cabimento para serem pagos. As movimentações de terras não tinham cabimento para todas as movimentações de terras. As pavimentações não tinham cabimento para serem pavimentadas. Refiro-me, obviamente, às pavimentações da Estrada de Silva Escura a Dornelas, da Estrada da Arrôta, e por aí fora. Esta dívida não foi criada por mim, nem pelo meu executivo. Que fique muito claro. A opção é vossa. Se o empréstimo não for aprovado, muito claramente nós não podemos avançar com as obras. As obras não se vão fazer. Se o empréstimo for aprovado, o empréstimo é para a realização destas obras, ponto. Não é para mais nada. É um empréstimo para investimento para a realização destas obras, ponto. Portanto, a partir de agora, deixo, naturalmente, ao vosso critério. O procedimento para a contração do empréstimo foi isento e imparcial, mas não tenhamos ilusões, os bancos existem para



ganhar dinheiro, pelo que, vamos ter mais custos, pelo fato de não ter existido rigor e planeamento do anterior executivo. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenção. Concedeu a palavra a António Monteiro.-----

**António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, público. A contração de um empréstimo no valor de que estamos a falar é, sem dúvida, uma questão muito importante para o Município e é particularmente importante para este mandato e para Sever do Vouga e para o futuro de Sever do Vouga. Por isso, há aqui algumas questões que é importante que fiquem absolutamente claras para todos e, especialmente, para os Severenses que ficarão onerados com este empréstimo. Quando, no mandato anterior, foi reivindicado, por várias forças políticas, a construção, e estamos hoje aqui em Dornelas, mas a construção da estrada de Silva Escura a Dornelas, da Rua da Arrôta, por exemplo, e foram lançados esses procedimentos, aquilo que a lei nos diz é que, para se lançar uma empreitada essa empreitada deve ser lançada pelo valor total do investimento e que esse investimento deve ser cabimentado e objeto de compromisso, ou seja, que esse dinheiro que resulta do orçamento para essa empreitada está no banco disponível para pagar aos fornecedores. Portanto, esta é uma primeira questão que eu acho que merece ser devidamente esclarecida. Primeiro ponto, as empreitadas, tanto quanto percebemos, não foram orçamentadas pela sua totalidade e pedíamos ao senhor Presidente da Câmara que confirmasse isto. Ou seja, aquilo que foram lançadas foram meias empreitadas ou empreitadas de um terço daquilo que é o custo efetivo das obras que foram objeto de compromisso político perante a Assembleia Municipal de Sever do Vouga para que o orçamento fosse aprovado. Portanto, a primeira questão é as empreitadas foram devidamente orçamentadas ou não, as expropriações foram devidamente orçamentadas ou não. O dinheiro que devia ter sido objeto de compromisso foi devidamente objeto de compromisso e encontra-se disponível no banco? Sim ou não? E estas são questões muito importantes porque, das duas uma, ou aquilo que nós temos é, e desculpem-me a expressão, lixo que foi varrido para debaixo do tapete e que esta proposta, no fundo, para além dos relatórios da auditoria, o que está a fazer é destapar esse lixo e mostrar aquilo que é a dívida real do Município, ou, se assim não é, como é evidente, a Assembleia Municipal carece de explicações quanto ao valor do empréstimo porque uma questão, para a qual já me chamaram a atenção, foi se há, em virtude da aprovação das contas, uma enorme transferência de saldo no valor de milhões que permitiria fazer face a essas despesas e que isso, no fundo, seria aquilo que estaria comprometido e, por isso, deveria chegar para fazer a obra. Senhor Presidente da Câmara, isso é verdade, ou, não é? E essa é uma questão fundamental para se perceber como é que estão, efetivamente, as contas do Município e aferir-se aquilo que é a necessidade deste empréstimo. Porque, das duas, uma. Se este empréstimo se destina a resolver o lixo que foi varrido para debaixo do tapete, ou, se quisermos utilizar outra expressão que peço, também, que me perdoem, o buraco que estava tapado pelo tapete. Se o empréstimo se destina a isso, a responsabilidade política pelo endividamento do Município é do mandato anterior pelo facto de ter sido avançadas obras incompletas, sem o devido financiamento e isso, também, carece de ser esclarecido para nós podermos aferir da responsabilidade política pelo aumento do endividamento do Município e, evidentemente, gostaríamos de ouvir estas explicações do senhor Presidente da Câmara sem prejuízo de uma nova intervenção na sequência dessas mesmas explicações. Muito obrigado.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Diana Paiva.---

**Diana Paiva** – Quero, em primeiro lugar, dar o nosso agradecimento à senhora Presidente da Junta por nos ter recebido aqui e por receber-nos tão bem. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Vamos votar neste ponto,

como já indicado, uma autorização de contração de empréstimo pelo município. A situação económica e financeira que atravessamos neste momento é bastante desfavorável, como sabemos as matérias-primas ficaram mais caras com a situação de pandemia do Covid-19, e agora ainda mais com esta guerra com os custos de energia e combustíveis a subir exponencialmente. Esta situação reflete-se no nosso município a ter custos com o fornecimento mais elevados, mas não é a única, o município teve custos acrescidos com promoção de pessoal, assumidos pelo executivo anterior, decisão a verificar. Estamos curiosos com o resultado das auditorias em curso. Tudo isto leva-nos agora à situação atual. Este empréstimo é necessário para poder terminar obras, já iniciadas, mas que, contrariamente ao anteriormente anunciado, não corretamente previstas e orçamentadas. Aliás, o relatório do auditor externo veio, agora, colocar essa situação a “nu” relativamente aos terrenos integrados nas obras, principalmente esta que toma uma fatia substancial do empréstimo como é a obra da estrada de Dornelas a Silva Escura. Quando se começa uma obra tudo tem que estar previsto, orçamentado e cabimentado. Uma casa não se fica só pelas paredes, há que ter as janelas e portas com as devidas caixilharias, tem que ser rebocada e pintada. No caso destas obras, continuando na analogia, só se ficaram pelas paredes, nem o telhado parece estar previsto. Ora, as populações destas freguesias e lugares, servidas por todas estas obras, têm direito, como qualquer outro cidadão, a usufruir, como deve ser, destas obras concluídas e os investimentos têm que ser pensados com cabeça tronco e membros, por isso mesmo, vamos aprovar esta autorização porque todos merecem ser considerados cidadãos. Aproveitamos, unicamente, para deixar um alerta, sabemos que o município tem funcionários muito competentes e capazes, mas, mesmo assim, deve ser bem cuidado, negociado e analisado o contrato com a instituição que for escolhida, pois todos nós sabemos que os bancos, muitas vezes, se esquecem de colocar todos os dados em cima da Mesa, nomeadamente, aquelas comissões e comissõezinhas que só aparecem após a assinatura, para não haver surpresas futuras. Obrigada.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** pediu aos membros da Assembleia que evitassem os diálogos, uma vez que, além de ser uma falta de respeito com os intervenientes, perturbavam a audição dos outros elementos. De seguida, deu a palavra a Sérgio Soares.---  
**Sérgio Soares** – Minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor Presidente da Câmara, caríssimo Presidente da Mesa. Eu acho engraçadíssimo o discurso do nosso Presidente da Câmara. Se tivesse que escolher uma cor, escolhia mesmo o cor-de-rosa para o descrever neste caso. O rosa alaranjado. Eu tenho aqui um documento com data de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, o mapa de empréstimos desta Câmara Municipal, e que tem aqui um empréstimo contraído em 2018 no valor de € 1 500 000,00. Se bem me lembro, na altura, para a conclusão do Centro Escolar de Sever do Vouga e que, do qual, tem aqui um capital contratado, à data de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, de € 1 500 000,00 e de um capital utilizado de € 500 000,00 apenas. Mas, o que se vai passar aqui, nesta assembleia, hoje, nesta freguesia de Dornelas, com a aprovação deste empréstimo, é apenas mais um episódio do desnorte que este executivo tem vindo a demonstrar nestes dez meses de governação. Senhor presidente, na minha opinião, e no que respeita a contas orçamentos, e neste caso, empréstimos, quem tem que votar favoravelmente as propostas desta Câmara é a bancada do PSD e a moleta que o PSD escolheu para liderar os destinos do concelho nestes quatro anos – neste caso o CDS. Da minha parte, e tal como já o fiz na apresentação do orçamento para 2022 e na apresentação das contas de 2021, a minha abstenção é, e será, sempre garantida, pois não serei eu que condicionarei nestes quatro anos o trabalho desta geringonça. Minhas senhoras e meus senhores, hoje, esta Câmara apresenta-nos, aqui, um pedido de empréstimo com taxa variável e com um período de quinze anos, que vai para lá do período máximo que este presidente pode governar o concelho de Sever do Vouga. Esta taxa variável que traz riscos para o futuro da Câmara, associada a um período de quinze anos, que condicionará o trabalho de futuros executivos, não me pode deixar ficar

impune. Senhor Presidente de Câmara, para empréstimos com taxa fixa e com longevidade de quatro anos no máximo, conte com a minha viabilização, mas este não. Já agora, também tenho aqui outro documento, relativo à votação desse empréstimo, em 2018, empréstimo da linha BEI – taxa de juro – e que da votação é curioso recordar: *Votação a favor: Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte. Abstenção: Ricardo Silva, com a seguinte declaração de voto: “Concordo com a taxa fixa pois, como foi dito, não somos eleitos para correr riscos. Não concordo, porém, com um maior endividamento da Câmara Municipal”*. Obrigado.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a David Alves.-----

**David Alves** – Senhor Presidente da Mesa e restantes membros, excelentíssimo executivo, membros da Assembleia, público em geral. O PS, mantendo a linha que teve com as contas e com o orçamento, vai abster-se da proposta, como é evidente. Mantemos a coerência, embora salientando que é do PS intenção que as obras que foram lançadas pelo executivo anterior sejam terminadas e sejam colocadas à disposição do público. Nomeadamente Dornelas e Arrôta. Visto que o executivo não alterou o orçamento para 2022, mantendo as obras que tinha, é evidente que, para executar estas, terá de ir buscar meios externos e neste entendimento o empréstimo será, talvez, a única solução. Como digo, o PS abstém-se mantendo a linha que manteve nas contas e no orçamento.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.--

**António Dias** – Muito obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, cumprimento todo o público aqui presente e todos os membros da Assembleia, senhor Presidente da Câmara e Vereadores. Senhor Presidente da Assembleia e senhor Presidente da Câmara, na prestação de contas do ano de 2021 para 2022, transitou o saldo de gerência € 1 943 041,92. Quase dois milhões de euros. Na última reunião ordinária, a que tive acesso à ata 13, de 22 de junho de 2022, o senhor Presidente da Câmara informou que os fundos disponíveis apresentavam um valor de € 2 551 581,41. Mais de dois milhões e quinhentos mil euros. Hoje, estamos aqui a votar um empréstimo ao investimento no valor de € 1 750 000,00. Afinal, aquando da apresentação e aprovação do orçamento e plano plurianual de investimento, para o ano de 2022, não constam estes valores nas despesas e nas receitas que lhes permitam fazer face? Não estavam “orçamentadas” receitas suficientes para esta despesa? Isto já é deste executivo, não é do anterior. Já agora, eu vi as taxas que são apresentadas e contrair um empréstimo com uma taxa de juro variável, fui ver a cotação do Euribor a doze meses e era de 1,033%, mais o spread que vi que a Caixa Geral de Depósitos apresenta, que é 0,64%, a quinze anos, em que termos de gerações vindouras não seria preferível uma taxa de juro fixa, até porque a taxa apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, pelo que vi, é de 3%? E aí, quem viesse a seguir sabia qual era o valor que tinha que pagar? Senhor Presidente da Câmara, no documento apresentado na página quatro, dívidas a terceiros orçamentais não excepcionada. Aparece no passivo corrente fornecedores e outros credores um valor de € 1 422 500,66. Mais de um milhão e quatrocentos mil euros. A que é que refere esse valor? Dá ideia que não pagam desde janeiro. Isto são dívidas a curto prazo. Gostava de saber a que é que isto se deve. Também estive a analisar o empréstimo do BEI para a construção do Centro Escolar. Foi aprovado um € 1 500 000,00 e apenas utilizado € 500 000,00. Ainda está disponível um milhão de euros ou não? É que a taxa de juro era muito vantajosa. Basta analisar o mapa de empréstimos de médio a longo prazo 2021 e apresentava um valor contratado de € 4 820 975,48 e apenas um valor utilizado de € 3 555 295,86. Resumindo e concluindo, não está utilizado, pelas contas que apresentaram, um valor de empréstimos que estão, no fundo, aprovados, no valor de € 1 265 679,22. Isto dá, praticamente, para as obras que estão neste empréstimo. Se está a poder ser usado, porque é que não é usado em vez de estarmos aqui a votar um novo empréstimo, ou seja, juros superiores, aumentar os períodos, endividar as gerações vindouras. Senhor Presidente, eu gostava de saber, até porque eu defendo que os valores dos fundos disponíveis, e tem muito dinheiro disponível, dá perfeitamente para isto e para muito mais em vez de estarmos aqui a condicionar. Eu

sou completamente a favor das obras. Devem ser terminadas e as pessoas precisam delas, mas não é necessário um novo empréstimo. Está aqui, nas contas que foram apresentadas, não fui eu que as fiz, foram vocês que as apresentaram. Está aqui valor suficiente para fazer face a essas obras sem um novo empréstimo. Obrigado.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Muito obrigado, senhor Presidente. Começando pelo senhor António Monteiro, que coloca a questão se as empreitadas foram devidamente orçamentadas. É evidente que não. Não foram devidamente orçamentadas. As empreitadas que deviam ter sido orçamentadas com tudo, e no caso de uma habitação, se, por exemplo, não colocarmos as janelas, mas ninguém lá habitar, coloca-se no ano a seguir, no caso de uma via de comunicação como a estrada de Silva Escura a Dornelas, uma vez que não foi contemplado, por exemplo, as pavimentações, as valetas, a aquisição de terrenos, é evidente que a estrada não pode ser usada. No caso da estrada de Silva Escura a Dornelas, aquilo que detetamos, para já, é um défice, estimamos nós que não será preciso mais, de € 1 100 000,00. Se no banco havia dinheiro? É evidente que não havia dinheiro no banco porque, se houvesse dinheiro no banco nós não estaríamos a colocar este pedido de empréstimo. Relativamente às questões colocadas pelo senhor António Dias, pois naturalmente que existe dinheiro disponível, mas é disponível para pagar aquilo que está cabimentado, portanto, não é dinheiro para nós gastarmos naquilo que nós temos. Existem cabimentos, o dinheiro está lá e será utilizado para os cabimentos devidos. Em relação à questão colocada pelo senhor David Alves, neste momento há obras que não foram alteradas, mas cujos custos também são superiores, como no caso do Largo de São Mateus. É evidente que, hoje em dia, existe um decreto que saiu para levar a que os empreiteiros não percam dinheiro com as obras e será necessário, em âmbito de revisão de preços, pagar mais aos empreiteiros. O saldo de gerência chegava? Não. O saldo de gerência não era dinheiro que tínhamos disponível para gastar no que queríamos. A título de exemplo, nas despesas com o pessoal foi necessário reforçar cerca de € 80 000,00 para pagar, nomeadamente, a questão das chefias. A nível de aquisição de bens, foi necessário reforçar com € 119 000,00, essencialmente, em refeições escolares e materiais para as obras municipais. a nível de aquisição de serviços, foi necessário reforçar muito, como nós já falamos, nos serviços de recolha de resíduos, como o novo contrato com a Luságua, e, também, em eletricidade. Tive a oportunidade de falar que nós tivemos que reforçar muito, a nível da eletricidade, com um aumento exponencial que tivemos do preço das eletricidades. Nas despesas de capital reforçamos, por exemplo, a nível da reposição das infraestruturas com as depressões Elsa e Fabian, no valor de € 450 000,00. A nível do projeto Nature Storytelling em Sever do Vouga também reforçamos € 115 000,00. Na aquisição de terrenos, € 203 000,00, porque nós já compramos outros terrenos, por exemplo, no Largo de São Mateus, onde comprámos uma série de terrenos à parte. No autocarro elétrico, € 470 000,00 que vamos adquirir até ao final do ano. Nas transferências de capital para instituições sem fins lucrativos, mais de € 100 000,00. Nas transferências de capital para a CIRA, € 220 000,00. Nós tivemos que fazer o reforço de uma série de rubricas e o saldo de gerência foi usado nisto. Relativamente a outras questões mais técnicas, se o senhor António Dias quiser uma explicação mais do nosso técnico, o Dr. Rui Loureiro está aí. Relativamente ao senhor Sérgio Silva, pois eu agradeço-lhe muito as cores. São, de facto, duas cores de que gosto muito. Gosto muito do rosa, porque me lembra as minhas filhas e gosto muito da cor de laranja porque me lembra o PSD que foi o partido que fez uma inversão de paradigma no nosso concelho e, felizmente, já se nota essa mudança. Relativamente à questão que fez sobre o senhor Vereador Ricardo Silva, não ouviu aquilo que eu disse. Nós não estamos a aumentar a dívida. A dívida já existe. A dívida existia quando nós tomamos posse. Agora, das duas uma. Ou nós não pedimos dinheiro ao banco e não pagamos essa dívida, ou essa dívida permanece e as populações sofrem com isso. Eu não sei onde foi buscar os seus valores relativamente ao que fala, mas

o que eu tenho aqui, nomeadamente, a dezasseis de outubro de dois mil e vinte e um, tenho credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis trinta mil, seiscentos e cinquenta e seis. Fornecedores € 170 924,00. Estado e outros entes públicos € 3 468,00. Financiamentos obtidos € 802 000,00. Fornecedores de investimentos € 130 000,00. Freguesias € 81 000,00. De operações orçamentais € 190 000,00 e do IVA devido pelo aquirente € 5 614,00. Faltam aqui algumas rubricas. Estas somadas dão € 1 416 202,00, mas isto é cerca de um milhão e meio de que eu falei, a que se soma, naturalmente, a dívida que estava encoberta e que nós apenas destapamos quando começamos a governar esta Câmara, portanto, a dívida real, no dia 16 de outubro de 2021, era de € 3 250 000,00. Quanto ao desnorte que estamos a passar, lamento que tenha essa opinião. Não sei se tem a ver com as obras que estamos a fazer no Couto, obras prometidas há décadas e que estamos a realizar agora, que tenham provocado algum desnorte no centro, mas eu prometo-lhe que, seguramente, rapidamente as vamos concluir e o Couto ficará muito bem servido com elas. E o desnorte que o senhor, se calhar, está a passar, rapidamente vai ser ultrapassado. Muito obrigado.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se, quando falou em questões técnicas, estava a responder à dúvida colocada relativamente à taxa fixa ou taxa variável.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Relativamente à taxa fixa e à taxa variável, eu deixo muito claro o seguinte: aquilo que estamos aqui a votar não é, propriamente, este empréstimo. É a autorização para a contratação de um empréstimo. Um empréstimo de taxa variável é possível tornar em taxa fixa no futuro. O contrário não seria possível na maioria dos bancos. A taxa variável, neste momento, continua a ser mais favorável face a uma fixação de taxa. Os movimentos oscilatórios da taxa Euribor são previstos, mas considerando que a taxa fixa apresentada de 3%, ainda vantajosa ao Município, a taxa Euribor a um determinado dia não é utilizada nos empréstimos, é utilizada a média mensal e não os valores pontuais. O empréstimo BEI foi apenas utilizado para participação dos fundos europeus. Nós, aqui, não podíamos contratualizar um empréstimo BEI. Tomáramos nós poder usar um empréstimo BEI porque nem sequer entrava para a dívida do Município. Isso aí era algo excelente. O empréstimo BEI não pode ser utilizado para outros fins. Apenas se destina ao empréstimo escolar, portanto, não o podemos utilizar para mais nada. Não foi mais utilizado devido à majoração que tivemos na candidatura. Não sei se consegui explicar tudo, mas quero deixar muito claro, para todos, o seguinte. Eu sempre disse isto desde que tomei posse. Eu respondo por aquilo que se passa a partir do dia 14 de outubro de 2021. A dívida, nesse dia, no Município de Sever do Vouga, era de € 3 250 000,00. A partir daí, eu respondo. Até aí, eu não respondo. Muito obrigado.---

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Monteiro.-----

**António Monteiro** – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Queria começar por agradecer os esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara em relação a esta matéria do empréstimo que é, evidentemente, uma matéria delicada e que devo deixar claro que, ao CDS, não satisfaz, nunca, o aumento do endividamento. O CDS não é favorável ao aumento do endividamento do Município. Agora, há uma coisa que o CDS também não aceita. É que o Município se financie à custa dos fornecedores. Portanto, se a dívida existe, e se não for contraído o empréstimo para pagar aos fornecedores, e uma vez que o saldo de gerência está todo comprometido, que o empréstimo BEI não pode ser utilizado para estes investimentos porque estes investimentos não foram contratualizados nesse âmbito e tem essa limitação de só poder ser utilizado naquilo que foi a construção do Centro Escolar, a pergunta que eu gostaria de fazer é, não ao senhor Presidente da Câmara, mas a quem, no fundo, vem aqui, até às vezes de forma pouco elegante, dirigir-se ao CDS, a pergunta que eu faria é esta: então preferem que sejam os fornecedores a financiar o Município? A Câmara de Sever é suposto financiar-se à custa dos fornecedores? Perdoe-se a expressão – dando-lhes o calote por causa daquilo que foi decidido no mandato anterior? Ter sido mal orçamentado, suborçamentado e não haver recursos financeiros

para pagar aos fornecedores neste momento. É que, se há algo pior, para o CDS, do que o aumento do endividamento municipal, é o aumento dos prazos de pagamentos aos fornecedores ou, pior ainda, colocar esta Câmara que não tem essa responsabilidade perante aquilo que pode vir a ser, não estou a dizer que existem, mas que poderia ocorrer, que era ter que recorrer ao mesmo tipo de expedientes de legalidade duvidosa para poder fazer face a estas dificuldades que foram criadas pelo facto de, logo à partida, as obras não terem sido devidamente orçamentadas. E isto é responsabilidade do mandato anterior. Não é de este. E quanto àquilo que são as considerações que podem ser feitas em relação àquilo que são as posições políticas que qualquer um de nós pode tomar nesta assembleia, que fique claro o seguinte: há quem se entretenha, e que acha que é assim que defende a sua terra e a sua freguesia, a ser contra qualquer que seja a Câmara e qualquer que seja a proposta. Agora, nós achamos que as propostas devem ser avaliadas pelo seu mérito e várias vezes chamamos a atenção para que há problemas e esses problemas eram já existentes no passado e nós chamámos a atenção e dissemos que isto vai ter consequências para o futuro e vão ter que ser resolvidos esses problemas no futuro. Agora, eu prefiro, sinceramente, nesta altura, uma atitude de absoluta transparência. O deve e o haver foram tornados absolutamente claros. Este empréstimo é um empréstimo para resolver aquilo que vem do passado. A única opção alternativa a este empréstimo é não pagar aos fornecedores e fazer com que o município se financie à custa da economia e das empresas que trabalham para o Município. E isto, para nós, não é aceitável porque não é de gente de bem contratar algo e depois não pagar. E houve regras que foram contornadas, que foram tornadas artificialmente o mais maleáveis possíveis para que as coisas chegassem a este ponto. Mas, isto não foi algo que aconteceu com esta Câmara e nós preferimos que, neste momento, seja destapado e seja tornado perfeitamente claro para todos os Severenses qual é a situação do Município, qual é a situação dos investimentos que ficaram por completar e assumirmos essa responsabilidade que é tornar claro e evidente para todos qual é a situação financeira do Município. E aí, se para o Município não se financiar à custa dos fornecedores, se é necessário contrair este empréstimo. Este empréstimo embora seja votado neste momento, é responsabilidade da Câmara anterior e nós não deixaremos, nunca, de o afirmar e de o sublinhar. Disse.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Sérgio Soares.--  
**Sérgio Soares** – Obrigado, senhor Presidente. Há, aqui, alguns equívocos que devem ser esclarecidos. O Dr. António Carlos Monteiro esquece-se que aquele empréstimo, de 2018, absteve-se, como eu também me abstive e eu deixei aqui bem claro que empréstimos com taxa fixa que serão todos viabilizados, por mim, ao contrário do que diz, não há aqui ninguém que é contra tudo. Há aqui alguma linha de coerência. O senhor Presidente da Câmara também tem aqui alguns equívocos. Esta Câmara não herdou dívidas. Esta Câmara herdou foi muitos problemas para resolver e nota-se, neste pedido de empréstimo, que esta Câmara está com dificuldades em resolver os problemas que herdou. Eu só queria vir aqui dizer que há um provérbio popular, em Sever do Vouga, interessante, de que gosto muito, e que diz que quem à semana anda bem, ao domingo mostra o que tem. Eu iria inventar aqui um provérbio e diria que, quem ao domingo anda bem, à semana mostra o que tem. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a David Alves.-----  
**David Alves** – Boa tarde a todos. Renovo os cumprimentos. Eu já estou farto de ouvir *bla, bla bla* e a retórica da política de andar para trás para a frente e da frente para trás e não saímos do mesmo sítio. Nós sabemos que, de facto, o empréstimo vai ser aprovado e, como o empréstimo se destina a duas obras já indicadas, Silva Escura e Arrôta, eu queria que o senhor Presidente dissesse, pelo menos, a quem nos está a ouvir, porque é isso que querem ouvir, é saber quais são os procedimentos que existem após a aprovação do financiamento. Há a aprovação do financiamento, há o concurso, há o lançamento da obra e há a execução da obra. Eu queria que, no fundo, o senhor Presidente me confirmasse isto

e colocasse isto em espaços temporais para saberem, os Silvaescurenses e os Dornelenses, quando é que vão ter a obra pronta.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Dias.-----

**António Dias** – Obrigado, senhor Presidente. Eu, depois do que ouvi aqui, chego a uma conclusão muito simples. Possivelmente, as contas apresentadas e aprovadas, do ano 2021, não estavam corretas. Se não estavam corretas, ainda mais razão dá a que façam a auditoria e, se calhar, votamos o empréstimo no fim da auditoria. Eu ainda tinha pensado em abster-me. Eu agora nem me abstenho. Se não há contas e estamos todos na dúvida, fiquei ainda mais agora depois do que eu ouvi, se as contas não estão corretas, eu peço-vos para terminarem a auditoria e depois avancem com o empréstimo. Há dinheiro, felizmente, para estas obras. É só isso, senhor Presidente. Obrigado.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Peço desculpa ao senhor António Dias e ao senhor António Monteiro, provavelmente irão ter que ficar separados. Vão fazer como na escola, da próxima vez.-----

**António Monteiro** pediu autorização ao **Presidente da Assembleia Municipal** para fazer uma interpelação à Mesa, tendo-lhe sido concedido o uso da palavra.-----

**António Monteiro** – Senhor Presidente, apenas para fazer esta nota que eu acho que é devida. Em primeiro lugar, isto não é uma escola e o senhor Presidente não é o professor, é o Presidente da Mesa. E, senhor Presidente, aquilo que é a articulação dentro de uma bancada, necessariamente, ou se realiza durante os trabalhos, e nós procuramos ter o cuidado de falar baixo, ou então, nós teremos que pedir a interrupção dos trabalhos para o fazer. Eu acho desnecessário fazê-lo se o poder fazer para o meu colega do lado. Agora, uma coisa é nós estarmos na amena cavaqueira a tratar de assuntos que não têm a ver com a ordem de trabalhos, outra coisa é eu ter que conferenciar com o meu colega de bancada e ser advertido, pelo senhor Presidente da Mesa, como se me estivesse a portar mal e fosse um aluno, o que não é o caso, senhor Presidente. É este esclarecimento que eu lhe queria prestar através desta interpelação à Mesa porque, com toda a franqueza, considerei ofensiva a forma como se dirigiu à bancada do CDS e naquilo que era o desenvolvimento normal dos nossos trabalhos. Não pretendíamos perturbar ninguém.-----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Está a interpelação feita. Muito obrigado. Só para lhe dizer, senhor deputado António Monteiro, que isto é recorrente nas assembleias, como sabe. Já houve queixas, e fundadas, dos outros membros da assembleia, porque se sentem perturbados. Eu próprio, pelos comentários e a forma como os fazem porque, uma coisa é fazer comentários que não perturbem e outra coisa é fazer como fazem. Se o senhor entender, em algum momento, que há que fazer uma interrupção para discutirem os vossos assuntos, o regimento permite-o. Agora, pedia-vos que tivessem respeito pela Mesa, ou se não for pela Mesa, pelos vossos colegas. Estamos esclarecidos? Dava, agora, a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder, se entender, às questões que foram colocadas.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Muito obrigado, senhor Presidente. Relativamente à auditoria financeira, a mesma não foi pedida porque temos um auditor externo, portanto, não havia, no nosso entender, motivo para ser pedida auditoria financeira. O que foi pedido foi uma auditoria de procedimentos e foi pedida uma auditoria forense. Em breve, anunciaremos os resultados. Temos já o resultado da auditoria de procedimentos e a auditoria forense está, também, por aí a chegar. Eu penso que fará, se calhar, sentido, futuramente, fazer uma auditoria financeira. Agora, este dinheiro é preciso para já, que é para se concluir as obras e não são apenas duas obras. São as piscinas municipais, é a zona de fruição da Ribeira de Pessegueiro e por aí fora. Sobre o procedimento, é muito simples. Assim que o empréstimo estiver aprovado, dentro destas obras acabam as fases, que era o grande problema que tínhamos, e colocamos lá a estrada de Silva Escura a Dornelas. É preciso x para acabar, abre-se o concurso, esperamos ter concorrentes e, a partir do momento em que haja esses concorrentes, têm aqueles prazos regulamentares dos concursos, é adjudicada a obra e, depois, a obra faz-se. O prazo de execução, com toda a

sinceridade, até ao final do ano, se as coisas avançarem rapidamente, contamos ter, até à ponte de Dornelas, praticamente feito e dirá que, até meado do próximo ano, em Dornelas até à E.N. 328. Mais depressa do que isso não conseguimos na estrada de Silva Escura a Dornelas. Nós lançamos editais a solicitar que comparecessem todos os proprietários. Sabemos que, nem todos, terão visto os editais. Julgo que até foi falado na missa. É normal que, quando se iniciar a pavimentação, apareçam mais alguns proprietários, mas aquilo que posso dizer é que, imediatamente começarão a ser pagos os terrenos e lançaremos a fase do concurso, que é aquilo que queremos. Relativamente às piscinas, que é uma questão recorrente, e penso que é importante falar sobre isso, as piscinas tiveram um atraso muito grande sobretudo por causa da caldeira, que teve a ver com a inexistência de matérias-primas no mercado. A caldeira está a ser instalada agora e nós não podíamos avançar com as restantes obras que são necessárias, nomeadamente a reabilitação da cobertura e a pintura das paredes interiores, a substituição do pavimento interior e do tanque de compensação. Se, inicialmente, tínhamos previsto que as piscinas estariam abertas no mês de setembro, a nossa previsão, neste momento, é que até ao final do ano as piscinas estarão abertas. Não conseguimos fazer melhor do que isto, infelizmente. Neste momento, vai-se iniciar a revisão do regulamento das piscinas municipais. Relativamente às outras obras, assim que houver cabimento avança-se com os procedimentos e avança-se com as obras. Relativamente a prazos, nós sabemos que hoje, infelizmente, não há nenhum empreiteiro que cumpra prazos, portanto, estamos dependentes de tudo. Aquilo que posso dizer é que faremos o mais depressa possível porque eu não tenho nenhum prazer em vir a Silva Escura e ouvir, todos os dias, quando é que se avança com a estrada. Não tenho nenhum prazer em andar na vila e dizerem-me quando é que abrem as piscinas municipais, quando é que se arranja a estrada da Arrôta. Eu não tenho nenhum prazer em estar a ouvir estas coisas, como vocês devem imaginar. Mas, que fique muito claro que os fundos disponíveis estão disponíveis, nomeadamente, para uma série de coisas que têm cabimento e não há fundos disponíveis para terminar estas obras. Senhor Sérgio Soares, muito obrigada pelo apoio. De facto, nós herdamos muitos problemas e, talvez, o maior problema de todos é que herdamos dívidas. Não sabia que o senhor era um poeta. Pode ser que nas próximas assembleias municipais nos mostre um bocadinho dessa sua capacidade e nos presenteie com mais ditados populares porque são coisas que eu aprecio bastante. Muito obrigado.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, na competência que lhe é conferida na alínea f), do n.º 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a contração de um empréstimo ao investimento no valor de € 1 750 000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil euros), para a realização dos projetos acima indicados.-----

**Dezanove votos a favor** – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Tânia Pinheiro e Vanessa Loureiro.-----

**Seis abstenções** – David Alves, João Oliveira, Jorge Graça, José Lemos, Júlio Fernandes, Renata Marques.-----

**Dois votos contra** – António Dias e Sérgio Soares.-----

**1.4 Adesão à ANAM:** - Foi apresentada uma proposta da Câmara Municipal, elaborada na sequência da recomendação aprovada na sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia 17 de junho de 2022, para a adesão do município à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais. O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções e concedeu a primeira palavra a **Elga Silva**.-----

**Elga Silva** – Boa tarde a todos, quem nos vê em sua casa, o público presente, senhores deputados municipais, meus colegas presidentes de Junta, senhores vereadores, senhor Presidente da Câmara, senhor presidente da Assembleia, restante Mesa. Eu fiz uma malandrice, que roubei este bocadinho, em primeiro lugar, para vos agradecer a votação positiva relativamente ao empréstimo que vai permitir terminar a estrada que une Silva



Escura a Dornelas. Sendo esta uma união de freguesias, é de extrema importância. Não só para as pessoas poderem usufruir da infraestrutura, como para terminar com os danos e com o prejuízo que as pessoas têm, diariamente, com o estado lamentável que está a estrada. Eu agradeço-vos, a todos, nesse sentido e gostava, também, de vos agradecer a presença e agradecer ao senhor Presidente o facto de estarmos aqui em Silva Escura. Muito obrigada.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a João Oliveira.-----

**João Oliveira** – Muito boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, caros senhores presidentes de Junta, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. O grupo parlamentar do PS apoia a adesão à ANAM e apoia porque, no nosso entender, este é um importante passo para, em colaboração com outras assembleias municipais, via ANAM, contribuímos todos para a valorização e dignificação das assembleias municipais e, também, dos seus membros. Por motivos de vária ordem, a assembleia municipal é, geralmente, relegada para segundo plano na consideração popular que é atribuída à gestão municipal, inclusive, aquando das eleições autárquicas e das respetivas campanhas eleitorais. Creio que os motivos para esta desvalorização passam, essencialmente, pelo desconhecimento generalizado das pessoas acerca do papel deste importante órgão municipal. É verdade que, nos últimos anos, aumentou a aproximação entre a assembleia e os eleitores, sendo, desde já, muito positiva a filmagem e transmissão e divulgação das assembleias e a sua reunião em diferentes freguesias do concelho. Mas, é necessário um trabalho contínuo e permanente porque muito ainda há a fazer. No sentido da valorização e dignificação da assembleia municipal e dos seus membros, cabe a cada um de nós, com as suas atitudes e ações, nesta assembleia, e também fora dela, fazermos a nossa parte. Que cada um de nós seja responsável, não prescindindo de defender as suas ideias, que exerça os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros com um espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, focado no bem-estar da comunidade Severense e no desenvolvimento deste concelho. Obrigado a todos.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria intervir neste ponto.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Claro que sim, senhor Presidente. Naturalmente que isto surge na sequência de um pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal e a minha função, enquanto Presidente da Câmara, é, juntamente com todos, levar isto a bom porto, portanto, acho que todos ficamos a ganhar com esta adesão. Muito obrigado.-----

Analizada a proposta da Câmara Municipal e todos os elementos que instruem a mesma, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a adesão do município à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, por prosseguir fins de relevante interesse público local, pelas contribuições que pode dar aos membros do órgão deliberativo e ao seu funcionamento, e também, porque a sua atividade se encontra compreendida nas atribuições dos órgãos municipais. Mais foi deliberado, por unanimidade, por todos os membros presentes, designar o Presidente da Assembleia Municipal como representante do Município na ANAM.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----